

III Seminário Cidade, Territorialidades e Interseccionalidade – 2025

Territórios em Luta: Práticas dissidentes de (re)existência

A INTERSECCIONALIDADE COMO ESTRATÉGIA PARA INCLUSÃO E EMANCIPAÇÃO SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO E DEFICIÊNCIA

Sessão Temática: 3 – Permanência escolar, resistências e luta

RESUMO: Este estudo explora a interseccionalidade como uma estratégia para a inclusão e emancipação social de pessoas com deficiência no contexto educacional brasileiro. A pesquisa reflete sobre como as múltiplas formas de opressão, como o capacitismo, o racismo e o sexismo, afetam a experiência escolar desses alunos, dificultando sua plena participação e aprendizagem. A interseccionalidade, ao considerar a inter-relação de categorias como raça, classe, gênero, orientação sexual e deficiência, pode nos auxiliar em reflexões críticas que ampliam a compreensão sobre as barreiras enfrentadas por esses estudantes. Examinamos a aplicação da interseccionalidade nas práticas educacionais e como ela pode contribuir para a criação de um ambiente escolar mais inclusivo. O estudo busca compreender de que maneira as concepções capacitistas ainda influenciam as práticas educacionais e como a interseccionalidade pode ser aplicada para promover uma educação que respeite as diferenças e garanta a participação efetiva.

PALAVRAS-CHAVE: diversidade; acessibilidade; direitos humanos; práticas pedagógicas; equidade.

INTERSECTIONALITY AS A STRATEGY FOR INCLUSION AND SOCIAL EMANCIPATION: REFLECTIONS ON EDUCATION AND DISABILITY

ABSTRACT: *This study explores intersectionality as a strategy for the inclusion and social emancipation of people with disabilities in the Brazilian educational context. The research reflects on how multiple forms of oppression, such as ableism, racism, and sexism, affect the school experience of these students, hindering their full participation and learning. Intersectionality, by considering the interrelationship of categories such as race, class, gender, sexual orientation, and disability, can help us critically reflect on the barriers these students face. We examine the application of intersectionality in educational practices and how it can contribute to creating a more inclusive school environment. The study seeks to understand how ableist conceptions still influence educational practices and how intersectionality can be applied to promote education that respects differences and ensures effective participation.*

KEYWORDS: *diversity; accessibility; human rights; pedagogical practices; equity.*

INTRODUÇÃO

Historicamente, as pessoas com deficiência foram invisibilizadas, excluídas e até mesmo mortas, sendo vistas como anormais e necessitando de correção. Essas concepções opressoras reforçaram um modelo ideal de ser humano, com base em uma estética que marginaliza e submete o

outro. A dinâmica de ausência/presença, impulsionada por sentimentos de repulsa, construiu uma realidade a partir da qual o que estava ausente era ativamente produzido como algo inexistente, permitindo a prevalência de um modelo homogêneo e dominante. Resistindo a esses postulados históricos, as pessoas com deficiência travam lutas por reconhecimento e participação efetiva na sociedade, resultando em conquistas como a Lei Brasileira de Inclusão, por exemplo, embora os desafios ainda persistam (Veiga, 2022).

No Brasil, apesar dos avanços legais, os direitos humanos de pessoas com deficiência ainda enfrentam obstáculos no cotidiano. A proposta de Arroyo (2023) de superar a história única exige o reconhecimento de sujeitos com histórias próprias, engajados em lutas por educação, saúde e dignidade. A interseccionalidade, ao considerar as múltiplas opressões que afetam essas pessoas, pode contribuir para uma análise mais aprofundada dessas questões. Mesmo com o avanço das políticas de inclusão educacional, práticas capacitistas e o ideal de ‘estudante modelo’ ainda permeiam as escolas, dificultando a efetiva participação e atendimento às demandas dos estudantes com deficiência. Assim, nosso objetivo é explorar a interseccionalidade como uma estratégia para a inclusão e emancipação social de pessoas com deficiência no contexto educacional brasileiro.

METODOLOGIA

A metodologia deste estudo adota uma abordagem qualitativa e exploratória, centrada na perspectiva interseccional para compreender a inclusão educacional de pessoas com deficiência no contexto brasileiro. O estudo questiona como as múltiplas formas de opressão, incluindo o capacitismo, influenciam a experiência educacional dos alunos com deficiência, e propõe uma reflexão sobre as práticas pedagógicas atuais. A análise orientou-se pela crítica ao modelo educacional tradicional, defendida por Freire (1996) e Arroyo (2023) e propõe alternativas que integrem as demandas específicas de cada estudante, promovendo um ambiente educacional mais emancipatório.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ressaltamos a importância de uma análise crítica da interseccionalidade, voltada aos estudos da deficiência, possibilitando a “incorporação de uma perspectiva anticapacitista nas pesquisas e na atuação profissional voltadas às pessoas com deficiência” (Gesser; Block; Mello, 2020, p. 17). Desta forma, intentamos trazer para a reflexão como o apagamento da pessoa com deficiência traz implicações sociais e políticas que potencializam o capacitismo e, conseqüentemente, outras formas de opressão e exclusão social. Apontamos a importância de uma abordagem interseccional a fim de ampliar a compreensão sobre as diversas formas de opressão que afetam “os outros” e, mais especificamente, as pessoas com deficiência (Gesser; Block; Mello, 2020).

O conceito de interseccionalidade foi criado por Kimberlé Crenshaw, na década de 1990. A interseccionalidade examina como as dinâmicas de poder interconectadas influenciam as relações sociais em sociedades caracterizadas pela diversidade, além de impactar as experiências individuais no cotidiano. Como ferramenta analítica, ela considera que categorias como raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária, entre outras, estão interligadas e se moldam mutuamente. A interseccionalidade oferece uma maneira de compreender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Crenshaw, 2002).

Crenshaw (2002) consegue nos instrumentalizar com maneiras de analisar como diferentes formas de apagamento, discriminação e opressão se interconectam, excluindo e invisibilizando grupos historicamente oprimidos. Quando trazemos a análise interseccional para a pesquisa da deficiência, abrimos um leque que dá destaque a outros marcadores sociais como classe social, raça, gênero, etnia. Assim, desconsiderar tais aspectos amplia possibilidades de perpetuação do capacitismo, impossibilitando que a inclusão se torne uma realidade.

Freire (1996) e Arroyo (2023) criticam o modelo educacional padrão, por não considerar as especificidades de cada estudante e, assim, perpetuar posturas capacitistas e excludentes, impedindo que a inclusão seja efetiva. A educação, ao contrário disso, precisa vivenciar uma transformação profunda das práticas pedagógicas. Em vez de seguir um modelo único de ensino, Arroyo (2023, p. 45) defende as “pedagogias afirmativas de sua presença/existência”, que reconhecem suas demandas,

suas especificidades e valorizem as diferenças. Essa mudança cultural é essencial para garantir que todos os estudantes, especialmente os com deficiência, possam participar, efetivamente, de oportunidades de aprendizagens.

Para que a educação se torne verdadeiramente inclusiva e emancipatória, devemos nos comprometer em desenvolver práticas pedagógicas que reconheçam e respondam às demandas apresentadas por cada estudante. Importante que os educadores percebam que, para tanto, cabe a adaptação dos currículos e a busca por planejamentos colaborativos, perpassados pelos conhecimentos da Educação Especial. Além disso, é preciso lançar mão de estratégias e recursos de ensino para garantir que todos os alunos, especialmente aqueles com deficiência, possam participar das vivências em igualdade de condições e se desenvolver ao máximo, dentro de suas possibilidades (Collins, 2021; Arroyo, 2023).

Assim, promover um ambiente inclusivo, de aprendizado e que valorize as diferenças requer estudo e investimento em práticas que envolvem o uso de tecnologias assistivas, a adaptação e/ou adequação de materiais didáticos, o uso de Comunicação Alternativa e Aumentativa, entre outros. Adotar uma perspectiva interseccional na educação pode auxiliar na criação de políticas e práticas que abordem essas múltiplas formas de ato responsivo, frente às demandas dos estudantes, bem como a cobrar que as políticas já existentes se efetivem (Freire, 1996). Percebemos que assim podemos avançar na consolidação de um sistema educacional que promove não apenas a inclusão, mas a verdadeira emancipação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interseccionalidade se apresenta como uma perspectiva potente para compreendermos e nos posicionarmos contra as múltiplas formas de opressão e, conseqüentemente, de exclusão na educação e na sociedade em geral. Ficou visível a necessidade de que esse conceito seja amplamente conhecido e aplicado nas pesquisas, como forma de dinamizar mudanças na cultura educacional, bem como, influenciar a tessitura de políticas que visem consolidar a verdadeira inclusão e a emancipação social. Para que a escola brasileira seja realmente uma escola das diferenças, pautada em uma educação inclusiva e emancipatória, precisamos garantir a efetivação de práticas pedagógicas que contemplem a diversidade, minimizem barreiras e promovam vivências educacionais em condições de equidade. Isso exige um compromisso ético com o ato responsivo e com a (re)invenção contínua da *práxis* pedagógica.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Outros Assuntos, Outras Pedagogias**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 8ª reimpressão, 2023.

COLLINS, P. H. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo, SP: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 ago. 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1996.

GESSER, M.; BLOCK, P.; MELLO, A. G. de (orgs.). **Estudos da Deficiência: Interseccionalidade, Anticapacitismo e Emancipação Social**. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2023.

VEIGA, C. G. “Estética da falta”, processos civilizadores/colonizadores e opressão socio-racial: questões globais para uma história latino-americana. In.: VEIGA, C. G. **Subalternidade e opressão**

socio-racial: questões para a historiografia da educação latino-americana. 1. ed. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2022.